



Plenário aprova PEC que garante vaga para mulher na Mesa Diretora

A proposta de emenda à Constituição, da deputada Luiza Erundina, obriga a presença de ao menos uma mulher nas Mesas Diretores da Câmara e do Senado. Aprovada em segundo turno, a PEC será agora enviada para a análise dos senadores. | 3

Aprovado prazo para troca de indexador de dívidas estaduais

Indexadores mais favoráveis já estão previstos em lei, mas ainda não foram aplicados

O projeto permite a aplicação da renegociação de índice de correção das dívidas estaduais com a União, que terá prazo de 30 dias para assinar com os estados e municípios os aditivos contratuais, independente-

mente de regulamentação. A renegociação de índice diminuirá o saldo devedor, com recálculo retroativo a 1º de janeiro de 2013. Correção será pelo IPCA mais 4% ou taxa Selic, o que for menor. | 3

Zeca Ribeiro



Frente em defesa da Petrobras é lançada

Evento na Câmara marcou o lançamento da frente, que pretende promover mobilizações para tentar barrar iniciativas de quebra do regime de partilha, adotado na área do pré-sal, e propostas de privatização da estatal. Para ser criado, o grupo teve o apoio de 210 deputados e 42 senadores de diversos partidos. | 8



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

CPI convoca tesoureiro do PT

Além de Vaccari Neto, foi convocado o presidente do BNDES, Luciano Coutinho | 8

Crise hídrica: deputado defende nova legislação

1º secretário da Câmara, Beto Mansur apontou programa de economia de luz e água na instituição como exemplo

Em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março), deputados e especialistas debateram ontem a crise hídrica que está mudando a relação do brasileiro com a água. O debate foi promovido pelo Comitê de Gestão Socioambiental da Câmara, o EcoCâmara.

O Brasil vive o paradoxo de ser um dos países com maior oferta de água ao mesmo tempo em que áreas do Sudeste convivem com a ameaça de racionamento.

O primeiro-secretário da Mesa Diretora, deputado Beto Mansur (PRB-SP), disse que rever a atual legislação é uma possibilidade para criar mecanismos com o objetivo de economizar recursos hídricos. Além disso, ele afirmou que a Câmara tem sido um exemplo de economia de energia e água.

“Essas discussões com mais profundidade são importantes para que a gente possa mudar eventualmente a legis-



Luis Macedo

O debate sobre a crise hídrica foi promovido pelo órgão de gestão socioambiental da Câmara

lação e dar um caminho para a sociedade brasileira, além, lógico, do exemplo, porque a sociedade do mundo inteiro vive de exemplos. Então é mui-

to importante que informemos como a Câmara dos Deputados vem economizando energia ao longo dos últimos anos, com trabalho técnico, e

também vem economizando água.”

Nos últimos 15 anos, a Câmara reduziu em cerca de 40% o consumo de água, im-

plementando medidas como troca de equipamentos e campanhas educativas.

O professor da Universidade de Brasília Oscar Cordeiro defendeu que as normas precisam se atualizar para responder aos desafios atuais. Ele citou como exemplo a gestão de águas subterrâneas. “Pela Constituição, essas águas têm tutela dos estados, mas, quando se trata de um aquífero interestadual grande como o Guarani, há o questionamento sobre a hipótese de a tutela se tornar federal.”

Frente - Hoje, será lançada a Frente Parlamentar Mista da Água, e seu coordenador, o deputado Evair de Melo (PV-SP), explicou que o objetivo é debater o sistema de forma integrada. “Queremos discutir a preservação, a recuperação focada nas questões ambientais, a utilização da água para consumo humano, para a indústria e a agricultura e também como um campo de outras oportunidades.”

AGENDA

QUARTA-FEIRA
25 de março de 2015

Hora do Planeta

A Frente Parlamentar Ambientalista e ONGs promovem encontro sobre desmatamento na Amazônia e para



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

assinatura do termo de adesão à Hora do Planeta 2015, que se realiza em 28 de março. Auditório Freitas Nobre, 8h30

Ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática debate planos, programas e projetos do ministério da área. É convidado o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo. Plenário 13, 9h30

Comissão geral

O Plenário debate o Fundo

de Financiamento Estudantil (Fies). Plenário Ulysses Guimarães, 10h

Plano safra

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural ouve a ministra da área, Kátia Abreu, para apresentar e prestar esclarecimentos sobre o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2015/2016. Plenário 6, 10h

Acordo de leniência

A Comissão de Fiscalização

Financeira e Controle debate o acordo de leniência entre empresas envolvidas na Operação Lava Jato e o governo federal. São convidados o advogado-geral da União e o presidente do TCU. Plenário 9, 10h

Programa de habitação

Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano discute a liberação de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Com representante da área econômica. Plenário 16, 11h

Refinarias no Nordeste

A Comissão Externa sobre Cancelamento das Refinarias Premium I e II reúne-se para debater os motivos que levaram ao cancelamento das obras e avaliar o impacto socioeconômico causado nos estados do Maranhão e do Ceará. Com representantes da Petrobras e dos estados. Plenário 14, 14h30

Aniversário do PCdoB

Comemoração dos 93 anos do PCdoB. Hall da Taquigrafia, 15h30

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrielli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Luiza Erundina (PSB-SP)

Ricardo Izar (PSD-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Sérgio Chacon

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Wilson Silveira

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Dourivan Lima

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Corregedor parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Coordenadora dos direitos da mulher
Dâmina Pereira (PMN-MG)

Procuradora da mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes)
Lúcio Vale (PR-PA)

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)

Aprovado prazo de 30 dias para reindexação de dívidas dos estados

Projeto exige a correção das dívidas pelo IPCA mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor

O Plenário da Câmara aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 37/15, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que permite a aplicação da renegociação de índice de correção das dívidas estaduais com a União independentemente de regulamentação. A matéria será analisada ainda pelo Senado.

O projeto, aprovado por 389 votos a favor e duas ausências, concede prazo de 30 dias para a União assinar com os estados e municípios os aditivos contratuais, independentemente de regulamentação. O prazo contará a partir da data da manifestação do devedor, protocolada no Ministério da Fazenda.

A renegociação de índice diminuirá o saldo devedor, com recálculo valendo a partir de 1/1/2013

Atraso na aplicação - Os deputados aprovaram, em 2013, o PLP 238/13, do Executivo, transformado na Lei Complementar 148/14, para mudar o índice de correção das dívidas de estados, do DF

e de municípios com a União.

A renegociação de índice diminuirá o saldo devedor, com recálculo valendo a partir de 1º de janeiro de 2013. O projeto foi aprovado pelo Senado em outubro de 2014 e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em novembro.

Desde 1997, no caso dos estados; e de 2001, no caso dos municípios, as dívidas são corrigidas mensalmente

pele IGP-DI mais 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

A nova lei, cuja aplicação está sendo reforçada pelo projeto, determina a correção das dívidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor.

Mandado de injunção - Foi aprovado ontem o PL 6128/09, do ex-deputado e atual governador do Mara-

nhão, Flávio Dino, que disciplina a apresentação e julgamento do mandado de injunção. A matéria segue para o Senado. O mandado de injunção é um mecanismo previsto na Constituição a ser usado quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais. Esse mandado poderá ser individual ou coletivo.



Deputadas comemoram na Mesa do Plenário a aprovação da PEC que garante a cota feminina

Luis Macedo

MESA DIRETORA

Vaga para mulheres vai ao Senado

A Câmara aprovou ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição 590/06, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que garante a presença de ao menos uma mulher nas Mesas Diretores da Câmara dos Deputados, do Senado e das comissões de cada Casa. O texto será enviado à análise do Senado.

Atualmente, a Constituição faz referência apenas à proporcionalidade da representação partidária. “Coroamos as comemorações do Dia da Mulher nesta Casa. O Parlamento faz justiça e paga uma dívida histórica com as mulheres brasileiras”, disse Luiza Erundina. Ela lembrou que o Parlamento existe há mais de 100 anos mas, mesmo assim, a primeira mulher a assumir um cargo da Mesa da Câmara foi a então deputada e hoje senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), em 2011.

A deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) também lembrou a simbologia da aprovação do texto no mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. Para Carmen Zannotto (PPS-SC), a proposta é apenas o começo. “Somos muito poucas ainda, mas vamos continuar lutando por paridade de gênero”, disse.

Atualmente, a Mesa Diretora da Câmara tem a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) na 3ª Secretaria. Já a deputada Luiza Erundina ocupa a 3ª suplência.

Fies - O Plenário realizou às 10h de hoje comissão geral para debater o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do Ministério da Educação. O deputado Rubens Bueno, que propôs o debate, disse que o Fies é o melhor programa de financiamento estudantil do País, mas “converteu-se em acumular problemas financeiros e políticos”. Ele citou dados do Portal da Transparência e do Censo da Educação Superior que apontam um aumento de 448% do número de alunos beneficiados pelo Fies - de 150 mil, em 2010, o número aumentou para 827 mil em 2013.

ECONOMIA

MP do salário mínimo provoca discussões

A edição da medida provisória que estende até 2019 a atual política de valorização do salário mínimo gerou discussões no Plenário da Câmara. A MP foi assinada ontem pela presidente Dilma Rousseff e deve chegar ao Congresso nos próximos dias. A polêmica está no fato de a Câmara já ter aprovado um projeto semelhante (PL 7469/14), faltando apenas a análise de destaques para ampliar o reajuste para aposentados.

De acordo com a oposição, a MP é uma estratégia do governo para impedir uma derrota na Câmara. “Faltava apenas votar os destaques”, protestou o líder do

PPS, deputado Rubens Bueno (PR). O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), disse que a presidente quis retirar o poder de decisão do Congresso. “O único propósito é desmoralizar o Congresso e passar por cima dos aposentados, que estavam esperançosos”, criticou.

Alvo de críticas por ter retirado de pauta o projeto em tramitação na Câmara, o presidente Eduardo Cunha esclareceu que a retirada teve apoio da maioria dos líderes e que as emendas poderão ser apresentadas à medida provisória. A vantagem da MP, segundo ele, é que o reajuste passa a valer a partir de agora.

“As emendas poderão ser apresentadas, mas a MP tem vigência imediata para permitir que o texto de Paulo Pereira da Silva [PL 7469/14] esteja em vigor antes do Dia do Trabalho e seja levado em consideração na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias”, explicou.

Acordo - O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), disse que a MP é fruto de um acordo e não há tentativa de atropelar o Congresso. “A medida provisória vai permitir aos trabalhadores terem conhecimento da política de valorização do salário mínimo antes do Dia do Trabalhador.”

A líder do PCdoB, depu-

tada Jandira Feghali (RJ), afirmou que “não tem razão nenhuma para achar que a MP usurpa protagonismo do Congresso, pois ela será votada aqui”. Ela destacou ainda que a política de valorização do salário mínimo é um grande instrumento de distribuição de renda.

Assim como o texto-base do projeto aprovado, a MP prorroga até 2019 o atual modelo de reajuste do mínimo. O aumento é calculado com base na correção da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Relator propõe votação mínima para deputados

Ele vai sugerir também cláusula de desempenho, pela qual o partido não poderá ter menos de 3% dos votos nacionais

O relator da comissão especial da reforma política, Marcelo Castro (PMDB-PI), informou ontem que vai incluir em seu parecer uma cláusula de desempenho individual para candidatos a deputado federal, estadual, distrital e vereadores. Com isso, os candidatos deverão atingir uma votação mínima para serem eleitos.

A ideia, segundo ele, é evitar “desvios”, como “deputados eleitos sem representatividade devida”, com poucos votos. Castro lembrou que, em 2002, o deputado Enéas foi eleito pelo Prona com mais de um milhão de votos, e, com isso, garantiu a eleição de mais quatro deputados do mesmo partido, que tinham menos de 700 votos. “Isso causou uma grande reação dentro do Congresso e na sociedade”, destacou.

Na proposta inicial do relator, essa votação mínima seria de 20% do quociente eleitoral. Porém, após debate com os deputados da comissão, ele decidiu baixar esse número para 10%. “Em São Paulo, isso representa



Marcelo Castro (ao microfone) quer evitar desvios, como deputados sem representatividade

30 mil votos para deputado federal e, nos outros estados, 17 mil votos”, afirmou.

Partidos - Quanto ao desempenho partidário, Castro vai propor que o partido não possa ter menos de 3% dos votos nacionais e menos de 2% dos votos em pelo menos nove estados. Caso não alcance esse percentual, a legenda perderia o acesso ao fundo partidário e o direito ao tempo de televisão.

Após debater com os

membros da comissão a possibilidade de existir candidaturas desvinculadas de partidos políticos, o relator decidiu excluir essa proposta. Os deputados José Fogaça (PMDB-RS) e Henrique Fontana (PT-RS) concordaram. Para eles, as candidaturas avulsas enfraquecem os partidos. Já Marcelo Aro (PHS-MG) e Sandro Alex (PPS-PR) defenderam a possibilidade das candidaturas avulsas. “Temos que garan-

tir a liberdade de quem queira disputar as eleições e não se identifique com nenhum partido”, opinou Alex.

Domicílio - O relator propôs que o domicílio eleitoral dos candidatos seja estadual, e não municipal, como é atualmente, mas a ideia foi rejeitada pela maior parte dos deputados. Para Rubens Otoni (PT-GO), o domicílio municipal ajuda a garantir “a identidade do candidato com o município”.

Presidente e relator pedem apoio a Temer

O presidente da comissão especial da reforma política, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o relator da proposta, Marcelo Castro, reuniram-se ontem com o vice-presidente da República, Michel Temer, para pedir apoio para garantir um “mínimo de entendimento” sobre a reforma com os presidentes e líderes partidários. A informação foi dada por Rodrigo Maia em reunião da comissão.

“Temos que promover todos os esforços para chegar a esse entendimento, pois não poderemos fracassar mais uma vez em fazer a reforma política”, disse o relator, Marcelo Castro. “O vice-presidente poderá dialogar com os presidentes de todos os grandes e médios partidos políticos para tentarmos chegar um denominador comum, para não corrermos o risco de deixar o País com um dos piores sistemas eleitorais do mundo.”

Porém, segundo Castro, até o momento o denominador comum não foi encontrado, no que se refere ao sistema. “O PT defende o sistema proporcional para a eleição de deputados e vereadores, com lista fechada de candidatos, além de financiamento público de campanha. O PMDB defende o ‘distritão’, sistema majoritário exatamente antagônico ao sistema proporcional que o PT defende, com financiamento privado de campanha, com permissão para empresas doarem. O PSDB defende o sistema distrital misto, o modelo alemão. O PSD, em sua grande maioria, quer o ‘distritão’. Então, não há propriamente uma convergência.”

Para o relator, é necessário que os grandes líderes nacionais “dialoguem” e procurem encontrar um sistema eleitoral que não seja de nenhum partido, mas que aperfeiçoe o sistema existente hoje no Brasil.

Cientistas políticos defendem sistema misto proporcional

Os cientistas políticos Jairo Nicolau, Murillo de Aragão e Rubem Barboza defenderam ontem, na comissão especial da reforma política, a adoção de um sistema misto proporcional, em que parte dos eleitos para os parlamentos sairiam de listas feitas pelos partidos e parte da votação em distritos.

Jairo Nicolau, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendeu a adoção de um sistema misto proporcional, com metade dos deputados eleitos na forma de lista fechada elaborada pelos partidos e metade por distritos com um representante cada. Haveria ainda uma cláusula de barreira nacional de 1,5% dos votos.

“Estou muito preocupado com a ideia do ‘distritão’, que prospera entre os parlamentares. Acho um sistema muito atrasado, um passo atrás para a democracia



Jairo Nicolau: parte dos eleitos sairiam de listas partidárias

brasileira”, afirmou Nicolau. Segundo ele, disputas eleitorais nesse modelo remontam ao século XIX e, hoje, nenhuma democracia no mundo adota o sistema. O “distritão” é o caso em que os candidatos mais votados de determinado estado ou município seriam os eleitos.

O deputado Danilo Forte (PMDB-CE) alertou para a necessidade de mudar a le-

gislação sobre partidos políticos. Segundo ele, haveria dificuldades para definição de listas fechadas de candidatos. “Sabemos como é, vão colocar o irmão, o motorista”, afirmou.

Financiamento - Já Murillo de Aragão, presidente da Arko Advice Pesquisas, defendeu mudanças imediatas no financiamento das campanhas. Ele sugeriu

a adoção de tetos para doações e para gastos de campanha. “Temos que acabar com a corrida do bilhão”, afirmou, lembrando que o custo eleitoral no Brasil chega a R\$ 5 bilhões. Em um mundo ideal, disse, os partidos deveriam contar com financiamento somente de pessoas físicas. Em resposta à deputada Moema Gramacho (PT-BA), Aragão defendeu ainda o aumento de vagas para mulheres nas eleições.

Rubem Barboza, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, alertou que é arriscado fazer mudanças radicais no sistema eleitoral. No entanto, ele afirmou que é “suicídio” o Brasil continuar com o atual sistema de financiamento de campanha, que só gera escândalos. Porém, manifestou-se contrário ao financiamento público exclusivo, que considera muito caro.

Deputados divergem sobre a proposta

O debate na CCJ expôs as divergências entre os integrantes da comissão sobre o assunto. Paulo Teixeira (PT-SP) refutou a tese do professor Fabrício Mendes Ribeiro de admissibilidade da PEC. Paulo Teixeira disse que fez mestrado em direito constitucional e foi a primeira vez que ouviu dizer que cláusula pétrea pode ser alterada. “É uma tragédia anunciada a votação dessa proposta”, afirmou.

Maria do Rosário (PT-RS) também criticou a redução. Segundo ela, a flexibilização do artigo 228 da Constituição fere o núcleo do artigo que relaciona direitos de crianças, adolescentes e jovens, porque coloca adolescentes à mercê da legislação penal. “Esses direitos não pertencem a nenhum de nós, mas, sim, aos adolescentes brasileiros”. Já a deputada Keiko Ota (PSB-SP), que teve um filho assassinado em 1997, disse que representa milhares de familiares de vítimas de violência no País e sabe como é viver sob a pressão da violência, porque convive com outras mães de vítimas.

Discussões interrompem audiência sobre redução da maioria penal

Diante do clima tenso, o presidente da CCJ encerrou a reunião; PEC pode ser votada hoje

Gabriela Korossy

Debates acirrados marcaram a audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) realizada ontem para discutir a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

Manifestantes favoráveis e contrários à PEC lotaram o plenário. De um lado, mães de vítimas de violência cometidas por menores. De outro, estudantes de algumas escolas públicas do Distrito Federal contra a redução. Houve discussão entre o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) e manifestantes. Alessando Molon (PT-RJ) e Laerte Bessa (PR-DF) também discutiram. Diante da situação, o presidente da CCJ, Arthur Lira (PP-AL), encerrou a audiência.

Só dois convidados puderam expor suas ideias. Professor constitucionalista, André Ramos Tavares disse que a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pé-



Deputados Alessando Molon, do PT, e Laerte Bessa, do PR, discutem durante a audiência

trea da Constituição e, por isso, não pode ser alterada. Segundo ele, o artigo 228, que trata do assunto, é um direito fundamental e não se admite nem a tramitação de emendas que o modifiquem. Já o professor Fabrício Juliano Mendes Ribeiro considerou a PEC admissível, porque não subverte o núcleo essen-

cial do princípio da dignidade da pessoa humana. Ribeiro disse que o núcleo seria atingido só se fosse proposta a erradicação pura e simples da maioria penal.

Votação - O prazo do pedido de vista conjunta ao relatório, feito após o deputado Luiz Couto (PT-PB) ter lido seu parecer contrário à ad-

missibilidade da PEC, expirou ontem, e a matéria pode ser votada hoje. Segundo Marcos Rogério (PDT-RO), há um acordo para que os itens da pauta sejam analisados sem atrasos. “Esse é um tema da sociedade. Vencendo ou sendo vencido, ele deve ser submetido à votação”, afirmou.

ENERGIA ELÉTRICA

Aneel: contas de luz vão subir mais 6%

O empréstimo bancário de R\$ 3,4 bilhões às distribuidoras de energia, previsto para segunda-feira (30), deve gerar um novo aumento de 6% na conta de luz, que se somará aos 23,4% dados no fim de fevereiro. A previsão é que as tarifas de energia só cairão depois de cinco anos.

A informação foi dada pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. “A tarifa é majorada nesse patamar e permanece durante 54 meses”, disse, em audiência pública, ontem, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Rufino disse que o próximo reajuste deve ser “pouco impactante”, porque a maior

parte dos custos já foi incorporada às contas de luz.

Bandeiras - Desde o fim de fevereiro, houve uma revisão extraordinária das tarifas, que fez as contas subirem, em média, 23,4%. No total, 58 das 63 distribuidoras de energia do País reajustaram suas tarifas.

O aumento foi no sistema de bandeiras tarifárias, adotado pela Aneel desde janeiro. O sistema indica o custo de produção de energia ao consumidor. Na bandeira verde há condições favoráveis de geração e a tarifa não sobe; já na amarela, a situação é um pouco pior; na vermelha, como agora, as termelétricas estão ligadas em força máxima, e há maior aumento de tarifas.



Previsão da Aneel é que as tarifas de energia só terão redução daqui a cinco anos

Eleições - O presidente da comissão, deputado Júlio Cesar (PSD-PI), criticou que o subsídio dado pelo Tesouro às distribuidoras de energia elétrica tenha acontecido, principalmente, em 2014, ano eleitoral. “Foi feito para

se ganhar a eleição, e agora querem corrigir com custos para o povo brasileiro”, afirmou o deputado, ressaltando ser da base do governo.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), autor do requerimento para a audi-

ência, disse que Aneel explicou os motivos dos reajustes. Mas ele definiu os sucessivos aumentos como um “desestímulo” ao empreendedor, e criticou a discrepância dos reajustes nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

David Ribeiro

Presidente da Funai critica PEC das Demarcações

Vários deputados defenderam a proposta, que submete ao Congresso decisão final sobre definição de reservas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, afirmou ontem que é contrário à PEC 215/00, que submete ao Congresso a decisão final sobre a criação e a modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. Hoje, essa prerrogativa é do Executivo.

Em audiência pública na Comissão de Agricultura, Chiarelli disse que a Funai não é uma “caixa preta” e nem pretende monopolizar as demarcações. Ele explicou que a entidade hoje tem a competência de iniciar os processos, mas os responsáveis pela decisão final são o Ministério da Justiça e a Presidência da República.

Na opinião do presidente da Funai, seria melhor discutir formas de aprimorar o contraditório nas delimitações das reservas, ouvindo todos os interessados. “Deve-se analisar o efeito colateral da demarcação, e não a demarcação em si mesma.”



Líderes indígenas acompanharam o debate na comissão entre o presidente da Funai e deputados

Proprietários - O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) criticou a ausência de contraditório nos processos de demarcação, chamados por ele de “instrumentos de injustiça”. De acordo com Moreira, hoje os proprietários de terra só podem se de-

fender perante a Funai após ser emitido, pela própria entidade, o laudo antropológico. “Não existe um laudo para o proprietário”, criticou. O deputado defendeu a abertura do contraditório desde o início do processo.

Chiarelli informou que a

Funai faz um filtro das reivindicações indígenas e determina, após estudo técnico, quais pedidos devem ser levados em consideração. Segundo ele, se a decisão sobre demarcações passar para o Congresso, os processos poderão ser influenciados por

vertentes políticas.

Compra das terras - Para Luís Carlos Heinze (PP-RS) o Congresso deve participar dos processos de demarcação para evitar “abusos”. Ele propôs que o Estado compre e “não retire do legítimo proprietário” as terras a serem ocupadas pelos índios.

Valdir Collatto (PMDB-SC) disse ser necessário “levar cidadania” aos povos indígenas. “Temos de retirar a carteira de indígena e dar a de trabalhador. Possibilitar que eles retirem o sustento de seu trabalho”, declarou.

Relator da comissão especial, Osmar Serraglio (PMDB-PR) defendeu a PEC 215 com base em artigos da Constituição, como o que veda a remoção dos indígenas de suas terras, salvo autorização do Legislativo.

Já para Erika Kokay (PT-DF), a PEC é um “retrocesso” para as políticas indigenistas e representa um “genocídio” dessa parcela da população.

DISCURSOS

Izalci diz que, com sub-relatorias, CPI da Petrobras “não vai acabar em pizza”

O deputado Izalci (PSDB-DF) defendeu no Plenário a decisão do presidente da CPI da Petrobras de distribuir em sub-relatorias os trabalhos do órgão. “Podem ter certeza de que isso faz uma diferença muito grande, porque nós vamos dividir as atribuições e compartilhar algumas ações que são importantes para o resultado. Entre todas as CPIs que ocorreram aqui, aquelas cuja relatoria foi compartilhada tiveram resultado, a exemplo da CPI dos Correios, da dos Sanguessugas e de outras.”

Já aquelas em que o relator não admitiu e o presidente não determinou a divisão “acabaram em pizza, que é o caso de várias que ocorreram CPIs aqui nesta Casa”, disse o deputado. Ele lembrou o depoimento do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco, “que confirmou tudo que está nos depoimentos das delações premiadas, inclusive citando as contas bancárias no exterior”. Segundo Izalci, o PT tentou e ainda continua insistindo em enganar a população, dizendo que a corrupção existia muito antes do governo do PT. “De fato, existia. Só que o PT se esquece de esclarecer



Izalci: “quebraram a Petrobras”

o que disse Barusco, que essa corrupção de 1997 e 1998 foi uma corrupção individual, e a partir de 2003, no início do governo Lula, passou não só a ser sistemática como institucional”. A Petrobras, acusou Izalci, passou a ser usada pelo partido. “É por isso que conseguiram praticamente quebrar a Petrobras”.

O deputado disse, no entanto, ter esperança na recuperação da empresa. “O melhor negócio do mundo é empresa de petróleo. O segundo melhor negócio é empresa de petróleo. E O terceiro melhor negócio do mundo é empresa de petróleo.”

Chico Alencar critica ajuste fiscal e defende taxaço das grandes fortunas

Em discurso na Câmara, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) criticou o que chamou de “prática do toma-lá-da-cá” na política brasileira e afirmou que o Congresso Nacional tem condições de mudar esse cenário. “Foi muito bom termos nos livrado da ditadura, do regime autoritário, mas a nossa democracia e a nossa própria República necessitam agora de uma refundação profunda. E isso é conosco”, afirmou.

Na avaliação de Alencar, o modo de se fazer política no Brasil está desgastado. “Eu creio que nós, neste momento de grande impasse na vida nacional, de intervalo que parece demonstrar que estamos no fim de um ciclo e o novo ainda não se iniciou, temos que prestar atenção a esta realidade: a política como tal anda muito desgastada, e isso afeta a democracia, que no Brasil ainda é uma plantinha tenra”, disse.

O deputado criticou as medidas do governo “que cortam benefícios trabalhistas” e apontou como solução partir para algo diferente do usual. “Acabou-se o tempo das certezas absolutas. Agora, é preciso encontrar



Alencar: refundação da democracia

caminhos que não tragam mais do mesmo – cortar dos trabalhadores, apertar o cinto de quem vive da renda do trabalho e deixar intocadas as grandes fortunas, situações que são pouco comentadas, mas que são de uma realidade predadora do País”.

Chico Alencar disse ser otimista quanto ao futuro. “É preciso ter garra, sonho e luta sempre, como diz a canção. Creio que vamos mais uma vez avançar no sentido progressista, participativo e popular, garantindo que o País, de fato, redemocratize a sua democracia e republicane a sua República”.

Seguro-desemprego muda para 26%, diz governo

Impacto para trabalhadores, segundo o Ministério do Trabalho, é bem menor do que o alegado pelas centrais sindicais

As mudanças nas regras de concessão do seguro-desemprego, previstas na MP 665/14, afetam em torno de 1/4 dos trabalhadores brasileiros. Os mais atingidos são os jovens e aqueles que trabalham em setores de alta rotatividade, como agricultura e construção civil.

A afirmação foi feita ontem pelo coordenador da área no Ministério do Trabalho, Márcio Alves Borges. Ele participou de audiência na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara que debateu um caso de fraude na concessão do seguro-desemprego veiculado pela imprensa no mês passado. A fraude, que está sendo apurada pela Polícia Federal, teria dado um prejuízo de R\$ 15 milhões. O foco do debate recaiu sobre a medida provisória, que está sendo analisada em uma comissão mista de deputados e senadores.

Beneficiários - Segundo Borges, caso as regras da MP estivessem em vigor no ano passado, cerca de 2,2 milhões de trabalhadores não teriam conseguido receber nenhuma parcela do seguro-desemprego, o que dá cerca de 26% do total de requerentes, e não 43%, como alegam as entidades sindi-



A audiência, sobre as fraudes no benefício, acabou se concentrando nas mudanças feitas pelo governo

cais com base em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em 2014, 8,5 milhões de trabalhadores foram aos postos de atendimentos solicitar o benefício, e 8,4 milhões conseguiram ao menos uma parcela. Borges disse ainda que não é correto afirmar que o governo editou a MP para combater fraudes. O principal motivo, de acordo com o coordenador-geral, foi reduzir o efeito da alta rotatividade sobre a concessão do seguro, que no ano passado representou um desembolso de R\$ 35,7 bilhões.

“O governo deveria ter enviado as mudanças nas regras do benefício por projeto de lei, e não por medida provisória.”

Deputado Benjamin Maranhão

Ele acrescentou que as fraudes são pequenas diante do universo de benefícios concedidos e que os controles são rigorosos e vêm se aprimorando. Em 2014, conforme Borges, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que administra o seguro-desemprego, conseguiu restituir mais de R\$ 150 milhões

de concessões irregulares, por via administrativa, sem necessidade de ação judicial. Esse número inclui tanto as fraudes como os pedidos feitos por erro ou desconhecimento da legislação.

“Não vamos negar que exista fraude no seguro-desemprego. Mas eu posso assegurar que 99,99% das requisições foram motivadas por dispensas que ocorreram no mercado de trabalho”, disse Borges.

Críticas - Para os deputados presentes à audiência, as afirmações do dirigente do Ministério de Trabalho mostraram que não proce-

de o argumento anterior do governo de que a MP 665 foi editada para combater fraudes. O deputado Bebeto (PSB-BA) disse que os trabalhadores não podem ser tachados como fraudadores. “Que não se generalize colocando os trabalhadores como se todos fossem fraudadores”, comentou.

Já o presidente da Comissão de Trabalho, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), que solicitou o debate, declarou que o governo, antes de editar a MP, deveria aprimorar os controles sobre a concessão do seguro-desemprego. Ele sustentou que os dados de fraudes são preocupantes, apesar da fala do representante do governo. “Antes de qualquer medida mais rígida do governo em relação ao acesso ao seguro-desemprego, deveria haver o exemplo do controle absoluto daqueles beneficiários, dar o direito a quem realmente tem”, afirmou o parlamentar.

Além disso, segundo Maranhão, o governo deveria ter enviado as mudanças nas regras do benefício por meio de projeto de lei com regime de urgência, e não por MP, que tem efeitos legais imediatos. “Aqui, nós estamos debatendo o que já tem eficácia.”

SESSÃO SOLENE

Câmara faz homenagem ao ex-deputado Prisco Viana

A Câmara realizou sessão solene ontem em homenagem ao ex-deputado Prisco Viana, que morreu em Brasília, no último dia 26 de fevereiro. Além de parlamentares da atual legislatura, ex-deputados e membros da família de Viana também estiveram presentes no Plenário Ulysses Guimarães para prestar suas homenagens ao político que representou, por sete mandatos, a Bahia na Câmara Federal.

Conterrâneo de Viana, o deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA) se disse honrado por ser o autor do requerimento da solenidade e contou que o ex-deputado foi a principal influência que o inspirou a seguir



Arthur Oliveira Maia, autor da homenagem, ao lado de Simão Sessim e do filho de Prisco Viana

a vida política. “Prisco Viana era minha principal referência como representação de um homem público. Foi uma honra ter convocado

esta sessão”, disse.

O deputado Simão Sessim (PP-RJ) afirmou que “ainda ecoam neste Plenário os discursos vibrantes e os pa-

receres inteligentes feitos por Prisco Viana”. Heráclito Fortes (PSB-PI) definiu o ex-deputado como “um político ímpar, que orgulhou não

só a Bahia, mas também o Brasil”.

José Carlos Aleluia (DEM-BA) destacou a discrição de Prisco Viana em sua vida pública. “Eu era vizinho de gabinete de Prisco e aprendi muito com ele. Prisco era muito discreto, mas, ao mesmo tempo, extremamente produtivo”.

O presidente Eduardo Cunha enviou mensagem ao Plenário homenageando o ex-deputado. “Com justiça, perpetua-se o nome de Prisco Viana na história deste País. Sem dúvida, é uma das principais referências da política nacional, a ser continuamente lembrado e reverenciado pelas gerações do presente e do futuro.”

CPI convoca Vaccari e presidente do BNDES

As datas dos depoimentos ainda não foram marcadas; amanhã será ouvida a ex-presidente da Petrobras Graça Foster

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras aprovou ontem as convocações do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. Ao todo foram aprovados cem requerimentos, entre convocações e pedidos de documentos a diversos órgãos.

Além de Vaccari e Coutinho, a comissão aprovou a convocação de outras 27 pessoas, entre diretores de empresas contratadas pela Petrobras, representantes de fundos de pensão e fundos que investiram em empresas contratadas pela estatal, ex-diretores e dirigentes de refinarias.

Os depoimentos ainda não têm data para acontecer. Amanhã, a CPI vai ouvir a ex-presidente da Petrobras Graça Foster.

Pressão e acareação - Em razão das votações no Plenário da Câmara, a CPI não votou os pedidos de acareação entre o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco e o ex-diretor da estatal Re-



Gabriela Korossy

A CPI aprovou cem requerimentos, entre convocações e pedidos de documentos a diversos órgãos

nato Duque, como queria a oposição. “Seria importante também convocar a mulher de Renato Duque”, reclamou o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Segundo informações veiculadas por sites noticiosos, a mulher de Duque teria procurado o ex-presidente Lula para pressioná-lo pela soltura do marido, quando este foi preso no final do ano passado. “Somos contra a convocação de

parentes de quem quer que seja como forma de pressão”, rebateu o deputado Afonso Florence (PT-BA).

Barusco e Duque já prestaram depoimento à CPI. O primeiro admitiu ter recebido 70 milhões de dólares em propinas da empresa e acusou o segundo de ter recebido quantia parecida. Renato Duque negou.

O deputado Ivan Valente (Psol-SP) queixou-se por não

ter sido votada a convocação de Fernando Soares, apontado pelo Ministério Público Federal como operador do PMDB no esquema de desvio de dinheiro da Petrobras.

O pedido de convocação de Luciano Coutinho foi feito pelo deputado Andre Moura (PSC-SE), sub-relator de Irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.

Criação de empresa deve ser explicada

O tesoureiro do PT foi apontado em depoimentos como destinatário de propina paga por empresas contratadas pela Petrobras. Ele está sendo processado pelo Ministério Público por corrupção e lavagem de dinheiro, mas nega as acusações.

Luciano Coutinho foi convocado para prestar esclarecimentos sobre os investimentos feitos pelo banco na empresa Sete Brasil, criada em 2011 e contratada pela Petrobras para construir sondas de perfuração para exploração do pré-sal. O total dos contratos é de 22 bilhões de dólares.

O projeto de criação da Sete Brasil contou com recursos dos fundos Petros, Previ, Valia e Funcef, além de bancos privados. Representantes dos fundos de pensão também foram convocados.

Frente em defesa da Petrobras é lançada

Foi lançada ontem na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras. Segundo o deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA), articulador e presidente do colegiado, o objetivo principal é tentar separar duas pautas: a referente à apuração dos crimes de corrupção e a da empresa em si.

O parlamentar acredita que o Congresso e a sociedade precisam reagir contra tentativas de “esquartejar” a petroleira brasileira, que significa vender partes da companhia, prejudicando seu caráter vertical.

A frente promoverá uma mobilização para tentar barrar iniciativas de quebrar o regime de partilha, adotado na área do pré-sal, e também propostas de privatização.

Segundo Davidson Magalhães, existem propostas para vender partes da companhia. “[O ex-presidente]



Zeca Ribeiro

Trabalhadores da Petrobras participaram da criação da frente, que defende o regime de partilha

Fernando Henrique e o senador [José] Serra (PSDB-SP) estão propondo vender atividades como refino, distribuição de combustíveis”, disse. Em entrevista a um portal de internet, Serra defendeu que “a Petrobras deveria ser dividida em empresas autônomas”. Em março de 2014, Fernando Henrique Cardoso

defendeu, em artigo, que a oposição precisava “tomar a unha o pião dos escândalos da Petrobras” e reafirmar “a urgência de mudar os critérios de governança das empresas estatais”.

Composição - Para ser criada, a frente teve o apoio de 210 deputados e 42 senadores. Além de Davidson

Magalhães, a coordenação é formada pelos deputados Vicentinho (PT-SP), Aliel Machado (PCdoB-PR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Zeca do PT (PT-MS) e os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Fátima Bezerra (PT-RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

27 convocados serão ouvidos por sub-relatores

Os sub-relatores da CPI vão ouvir os depoimentos de outros 27 convocados ontem, em audiências setoriais do colegiado. A notícia provocou reclamações.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) disse que os depoimentos setoriais poderiam ser considerados nulos se as reuniões não fossem presididas pelo presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB). No entanto, Motta esclareceu que os depoimentos serão presididos pelos vice-presidentes da comissão, e não serão realizadas concomitantemente.

Devido ao grande número de depoentes, o relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), conseguiu a nomeação de um sub-relator auxiliar, o deputado Valmir Prascidelli (PT-SP).